Análise da transparência ativa do website institucional da UFJF em Governador Valadares

Sebastião Junior dos Santos

Graduação em Jornalismo e em Direito
MBA em Jornalismo Empresarial e Assessoria de Imprensa
Mestre em Administração Pública pela UFJF
Atua no setor de Comunicação da UFJF
em Governador Valadares-MG
E-mail: sebastiaojunior.santos@ufjf.br

Antonio Gasparetto Junior

Pós-doutor em História pela USP
Doutor, Mestre em História pela UFJF
E-mail: antonio.gasparetto@gmail.com

Recebido: 01 fev 2025

Aprovado: 09 mai 2025

Resumo: Este texto analisa o website institucional do campus de Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora. A aba “Transparência GV”, na página principal do site, foi explorada à luz da “Escala Brasil Transparente 360º”, índice da Controladoria-Geral da União (CGU). Resultado: o site do campus auferiu a falta ou incompletude de informações obrigatórias e a ausência de objetividade no acesso e de linguagem simplificada. Demonstrou-se a necessidade de aperfeiçoamento da página, tornando-a mais intuitiva, com linguagem de fácil compreensão, a fim de otimizar a busca do público.

Palavras-chave: Transparência Ativa. Lei de Acesso à Informação. Universidade Federal.

Abstract: This text analyzes the institutional website of the Governador Valadares campus of the Federal University of Juiz de Fora. The “Transparência GV” tab on the website’s home page was explored considering the “Escala Brasil Transparente 360º” (Transparent Brazil 360º Scale), an index used by the Office of the Comptroller General of the Union (CGU). The result: the campus website was found to be lacking or incomplete in mandatory information, lacking objectivity in access, and lacking simplified language. The need to improve the page was demonstrated, making it more intuitive, with language that is easy to understand, to optimize the public’s search.

Keywords: Active Transparency. Access to Information Law. Federal University.

Resumen: Este texto analiza el sitio web institucional del campus Governador Valadares de la Universidad Federal de Juiz de Fora. La pestaña “Transparencia GV”, en la página principal del sitio web, fue explorada a la luz de la “Escala Brasil Transparente 360º”, índice utilizado por la Contraloría General de la Unión (CGU). Resultado: el sitio web del campus adolecía de falta o incompletitud en la información obligatoria y de falta de objetividad en el acceso y de lenguaje simplificado. Se demostró la necesidad de mejorar la página, haciéndola más intuitiva, con un lenguaje de fácil comprensión, con el fin de optimizar la búsqueda del público.

Palabras clave: Transparencia Activa. Ley de Acceso a la Información. Universidad Federal.

Introdução

As sociedades democráticas estão cada vez menos tolerantes à existência de organizações blindadas ao olhar e escrutínio públicos. Na seara pública, a transparência se reveste de caráter normativo, cabendo ao Estado garantir que todos os seus atos, salvo casos excepcionais, sejam visíveis aos cidadãos.

A ideia de transparência faz parte, desde a metade do século XX, dos estudos de economistas sobre os impactos das assimetrias informacionais na estabilidade dos mercados (Michener; Bersch, 2013). Mas, é com o contexto político do final da década de 1980 e o amadurecimento da democracia no mundo, que o termo é utilizado pela primeira vez no campo da governança pública, inaugurando estudos sobre o tema.

No Brasil, a noção de transparência aparece na Constituição Federal de 1988, que no *caput* do artigo 37, consagra a publicidade como um dos princípios da administração pública, na Lei Complementar n.º 131/2009, a qual menciona a transparência como princípio a ser observado nas finanças públicas e gestão fiscal. E, recentemente, a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), cujo inciso IV do artigo 3º fala em cultura da transparência no âmbito administrativo público.

A LAI se destaca, entre outros aspectos, por promover mudanças em relação à posição do Estado, que de detentor se converteu em guardião das informações, dados e documentos de interesse público (Michener; Contreras; Niskier, 2018). As universidades federais brasileiras integram o Poder Executivo Federal e, por isso, devem se submeter às disposições da LAI e demais legislações que regem a transparência. É o caso do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em Governador Valadares.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a situação atual do site oficial do campus em relação à disponibilização, em local de fácil acesso e independentemente de solicitação, de informações claras, atualizadas e acessíveis que permitam ao cidadão a participação e o controle social das atividades desempenhadas pela instituição.

Referencial Teórico

Podem ser identificadas pelo menos três correntes doutrinárias como precursoras, ainda que parcialmente, das noções modernas de transparência, a saber: 1.) administração governada

por regras; 2.) comunicação social sincera e aberta e 3.) formas de tornar a organização e a sociedade conhecíveis (Hood; Heald, 2006).

Kant é um dos pioneiros no estudo do tema, tendo se posicionado contra os tratados secretos no ensaio *À Paz Perpétua*, de 1795 (O’Neil, 2002 *apud* Hood; Heald, 2006), protagonismo dividido com Bentham, que atribui à publicidade o antídoto contra os males decorrentes da tentação ao abuso do poder (Rodrigues, 2018). Bentham parece ter cunhado o termo transparência em seu sentido político moderno, como parte de suas propostas para consolidar o estado de direito nas organizações do governo executivo (Hood; Heald, 2006).

Mas, para Michener e Bersch (2013), a gênese da transparência está no trabalho dos economistas George Akerlof, Michael Spence e Joseph Stiglitz sobre assimetrias na informação, embora nenhum deles tenha empregado o termo expressamente até o ano de 1987. E não é mera coincidência que a transparência tenha começado a se popularizar nos anos finais da década de 1980. Na avaliação de Michener e Bersch (2013, p. 235), o contexto político-econômico do período foi o responsável por impulsionar o seu emprego, sendo que as transições democráticas do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 estimularam um renovado interesse em processos e conceitos associados à democracia e às instituições. A palavra parecia capturar a era *zeitgeist*; a globalização e as novas tecnologias pareciam estar destruindo o segredo e a ideologia (Michener; Bersch, 2011).

A década de 1980 é de especial relevância para a transparência pública por conta das novas pesquisas científicas focadas nos efeitos reais e efetivos da corrupção para as economias dos países e das empresas. Até então, defendia-se que deveria ser combatida porque feria os princípios da moralidade e da ética (Furtado, 2006).

O surgimento da internet, assim como ocorreu em diversos campos teóricos e segmentos da sociedade a partir da década de 1990, também conferiu destaque ao emprego do termo transparência ao proporcionar maior visibilidade às informações (Michener; Bersch, 2013).

Partindo dos significados originais da palavra (um literal, ligado semanticamente à luz e visão; e outro, figurativo, significando o que é inferido com facilidade), Michener e Bersch (2013) propõem duas dimensões constituintes da transparência: visibilidade (grau de completude de uma dada informação e a facilidade com que é localizada) e inferibilidade (medida em que a informação pode ser usada para tirar conclusões precisas). Os dois coexistem e se complementam, não sendo possível falar em transparência sem que ambos estejam presentes. A visibilidade ainda tem duas condicionantes. Para ser visível, a informação deve ser: a) razoavelmente completa e b) encontrada com relativa facilidade (Michener; Bersch, 2013).

Sobre a inferibilidade, Rodrigues (2020) pontua que as inferências podem variar de pessoa para pessoa. Se for um cidadão leigo no tema, dados agregados são suficientes; se for um pesquisador necessitando de uma base de dados completa para realizar testes estatísticos, o grau de complexidade das informações deverá ser maior. Para aumentar essa inferência, Michener e Bersch (2013) propõem três atributos: desagregação (dado em estado bruto), verificabilidade (existência de um mediador entre os dados e a informação) e simplificação (tornar os dados mais compreensíveis para um público mais amplo).

Outra classificação vem de Hood e Heald (2006), baseada em quatro direções possíveis de serem assumidas pela transparência: vertical e horizontal, interna e externa, e que podem, inclusive, combinar entre si. Valendo-se desse esquema, Rodrigues (2020) propõe um desdobramento da transparência vertical em ascendente (hierárquica, o principal monitora o agente) e descendente (o agente acessa informações e monitora o principal).

Na concepção de Hood e Heald (2006), a transparência descendente é o modelo típico de ambientes democráticos, pois fundada nos direitos dos governados em relação aos seus governantes, visão contestada por Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), segundo os quais, ambas (ascendente e descendente) são extremamente relevantes para a democracia, já que o fluxo informacional deverá ocorrer tanto para cima (os burocratas prestam contas aos políticos sobre a efetividade das políticas); quanto para baixo (o representante eleito presta contas ao representado, no caso, a população). A maioria das pesquisas sobre transparência se concentra na sua direção ascendente exterior, em que o principal é o cidadão e o governo é o agente. Rodrigues (2020) critica tal postura, ao argumento de que despreza o papel ativo que os governos possuem em monitorar seus cidadãos, por meio dos sistemas fiscais e espionagem em massa, que, são exemplos de transparência descendente.

Além da perspectiva direcional, Hood e Heald (2006, p. 29) também analisam a transparência sob o prisma de suas variedades, que se consubstanciam em três dicotomias: evento *versus* transparência do processo; transparência retrospectiva *versus* transparência em tempo real; e transparência nominal *versus* efetiva.

O cerne da distinção entre as transparências de evento e processual é o seu objeto, ou seja, o que deve ser visualizado. No evento, esses objetos podem ser entradas (*inputs*), saídas (*outputs*) e resultados, enquanto na transparência processual o foco está nos elementos operacionais e processuais (Hood; Heald, 2006 e Zuccolotto; Teixeira; Riccio, 2015). Os eventos podem ser mensuráveis, pelo menos a princípio, ao passo que os processos podem ser apenas descritos.

Na “transparência em tempo real *versus* transparência em retrospecto” o foco é o aspecto temporal da informação. A transparência em retrospecto permite à organização liberar a informação dentro de determinado período. Já a transparência em tempo real trata do constante monitoramento de uma ação, que pode ocorrer em pontos isolados e inclusive em ações tradicionalmente sigilosas (Rodrigues, 2020).

A “transparência nominal *versus* transparência efetiva” pode ser resumida por meio da diferença entre o que é divulgado e processado pelo público. É possível, por exemplo, existir um volume considerável de dados disponíveis, mas que são inúteis, dada a complexidade para a compreensão por parte dos cidadãos (Rodrigues, 2020).

Na literatura ainda pode ser mencionada a conceituação de Hood (2007), que diferencia a transparência entre direta (produz inferência em um público mais amplo) e indireta (compreensão fica restrita aos especialistas). Esse autor também propõe uma distinção entre transparência geral (impossibilidade da privacidade; ninguém pode se valer do anonimado) e transparência mais particularizada (divisão nítida entre as vidas privada e pública, sendo apenas a última submetida à transparência).

Rodrigues (2020), por sua vez, propõe uma classificação fundada no processo de adjetivação de Gary Goertz (2006), em que a transparência assume determinados modelos de acordo com o grau de restrição dos seus elementos constitutivos (visibilidade e inferabilidade): plena (informações disponibilizadas de forma ativa ao público, caso das plataformas de dados abertos), nominal (a informação é disponibilizada, mas sem a preocupação com o entendimento pelo público), condicionada (requer pedido de acesso) e transparência na atribuição e gestão do sigilo (exige o segredo; verificada nas instituições de defesa, diplomacia, segurança pública e informações fiscais).

No direito estrangeiro, a ideia de transparência surge como instrumento de fiscalização da Administração Pública pela sociedade civil (Arruda, 2020), em que informações acessíveis ao cidadão cumprem papel preponderante. Vários países se destacam com legislações sobre o acesso do público a atos e documentos do governo.

Duas conhecidas declarações – a dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Universal dos Direitos Humanos, de 1948 – tratam do tema, garantindo ao público, por exemplo, verificar sobre a necessidade de coleta, cobrança e prazo de duração das contribuições públicas e a procurar, receber e transmitir informações por qualquer meio.

Pode ser citada também a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), de 1986, que no art. 9º garante a toda pessoa os direitos à informação e de exprimir e

de difundir as suas opiniões no quadro das leis e dos regulamentos (Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 1981).

Nos Estados Unidos, a ideia de transparência surge em 1935, com a edição do *Second New Deal*, que determinava que “as agências passassem a publicar seus documentos com aplicabilidade geral e efeito legal” (Arruda, 2020). Posteriormente, em 1946, o Congresso Americano editou o *Federal Administrative Procedural Act*, que exigia uma série de medidas, como a publicação dos regulamentos de caráter geral, interpretações, os procedimentos internos, assim como as decisões finais fundamentadas (Arruda, 2020). Com o tempo, a Suprema Corte do país foi sedimentando o princípio, com decisões judiciais que rechaçavam as alegações das autoridades públicas de informações privilegiadas e o consequente sigilo nas agências governamentais (Arruda, 2020). Mas a abertura fica mais evidente, em 1966, com o *Freedom of Information Act (FOIA)*, que concedia a qualquer pessoa (nacional ou estrangeiro, interessado ou não) o direito de obter, sem justificativa, informações constantes dos registros de qualquer agência governamental, desde que fora do rol de exceções previstos. O *FOIA* – que em 1996 ganhou uma versão eletrônica, o *e-FOIA* – inverteu a lógica da presunção de legalidade dos atos administrativos, e a regra geral passou a ser o acesso aos documentos públicos (Arruda, 2020). O governo aberto (*openness*) é outro movimento encabeçado pelos Estados Unidos no campo da transparência, cujo precursor é o ex-presidente Barack Obama. Em 21 de janeiro de 2009, em seu primeiro memorando, exaltava a necessidade de abertura de informações governamentais ao público como ferramenta democrática (Arruda, 2020).

A Suécia se apresenta como a grande referência, sendo que o direito à informação é absoluto, previsto desde 1766 na Constituição, garantindo a qualquer pessoa o acesso a documentos oficiais. É por indicação da Suécia que o Tratado da União Europeia trata do acesso a documentos públicos e da ampla abertura das decisões dos governos (Arruda, 2020).

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 2000, é mais um documento a destacar a importância de uma administração pública transparente e aberta aos olhares do cidadão, caso do art. 41, que ao tratar do direito a uma boa administração, prevê que todas as pessoas têm o direito a acesso aos processos que se lhe refiram. E no art. 42, afirma que qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou coletiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem direito de acesso aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (União Europeia, 2000).

A transparência aparece, em 2001, no *Livro Branco (A White Paper – European Governance)* como um dos princípios da boa governança, que deveria ser observado pelas nações para aumentar a confiança da população nas instituições, e no Tratado sobre o

Funcionamento da União Europeia (TFUE), de 2009, que ampliou o alcance da transparência, passando do mero dever de publicidade ao direito de ser ouvido, do dever da Administração Pública fundamentar as suas decisões e, ainda, que as respostas às solicitações de consultas formuladas pelos cidadãos possuam uma linguagem acessível, na mesma língua utilizada pelo solicitante (Arruda, 2020).

Outrora dominada pelo segredo, a Itália foi substituindo o oculto pelo amplo acesso aos seus documentos públicos, principalmente com a Lei n.º 241/1990, que trouxe novas regras para o processo administrativo, como o contraditório, a motivação das decisões e o acesso a documentos por qualquer pessoa, este último modificado pela Lei n.º 15/2005, que limitou o acesso a pessoas que demonstrem interesse nas informações. Outro destaque é o decreto n.º 33/2013, que regula a transparência, a publicidade e a difusão de informações das administrações públicas italianas, sendo conhecido como o Decreto da Transparência, que determina a disponibilização das informações na internet de forma íntegra, atualizada, compreensível, acessível, verdadeira e com indicação de origem e possibilidade de reuso. O decreto n.º 33/2013 foi alterado pelo de n.º 97/2016, apelidado de “FOIA italiano”, que provocou uma “verdadeira revolução” no trato da transparência (Arruda, 2020).

A França demorou a aderir à transparência, se comparada a outros países europeus. Só no final da década de 1970 que aparecerem leis tratando da abertura. A primeira delas buscava a melhoria do diálogo entre governo e cidadãos (Lei n.º 78.753/1978). Na mesma década, o Decreto n.º 78.1136 regulamentou o acesso a documentos administrativos e, em 1979, uma lei dispôs sobre a motivação das decisões e atos administrativos. Outras legislações sobrevieram no contexto francês, caso do Código de Relações entre o Público e a Administração, em vigor desde 1º de janeiro de 2016 (Arruda, 2020).

A Convenção Interamericana dos Direitos Humanos (CADH), de 1969, praticamente inaugurou o princípio da transparência no continente americano, ao reconhecer o direito de acesso a documentos. Mas, para Arruda (2020), o tema somente se efetivou quando os países latinos começaram a editar suas leis de acesso à informação, a partir da primeira década do séc. XXI. É o caso Pacto de San José da Costa Rica – o Brasil é signatário desde novembro de 1992 –, que trata do direito coletivo de “acesso a qualquer tipo de informação de interesse público” (Arruda, 2020).

Em 2001, foi assinada a Carta Democrática Interamericana, que trouxe a garantia de publicidade e acesso à informação dos dados e decisões do governo como um dos mecanismos de efetivação da democracia representativa (Arruda, 2020).

Um julgamento proferido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2006, trouxe contribuições à jurisprudência sobre transparência e acesso à informação pública. No caso *Claude Reyes y otros versus Chile*, cujo objeto era um projeto de florestamento que apresentava impactos ao meio ambiente, o tribunal determinou que o Estado chileno deveria entregar a informação solicitada pelas vítimas e adotar medidas necessárias à garantia do direito de acesso àquelas em poder do Estado (Arruda, 2020).

A transparência ainda aparece como um dos compromissos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em agosto de 2015. O documento, que tem o Brasil como um dos países signatários, estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais se desdobram em 169 metas. O item 35, assevera a necessidade de uma boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis (ONU, 2015).

Atualmente, diversos organismos se dedicam a monitorar a transparência no mundo, sendo a Transparência Internacional um dos mais importantes deles. Fundada em 1993, e presente em mais de 100 nações, atua na diminuição da corrupção nos países, por eleições mais transparentes e no estímulo à liberdade de expressão. Ou seja, elabora a Percepção de Corrupção, um *ranking* dos países mais e menos corruptos.

Outro exemplo é a *Sunlight Foundation*. Criada em 2006, se caracteriza por estimular o desenvolvimento de tecnologias que promovam uma maior transparência dos governos e que, conseqüentemente, fortaleçam a participação democrática por meio da obtenção de informação (Arruda, 2020). O organismo editou, em 2010, os 10 princípios que um governo precisa para ser mais aberto e acessível.

Já no Brasil, a norma mais lembrada é a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Mas antes dela, outros regulamentos trataram do tema:

Quadro 1 – Cronologia dos marcos legais da transparência no Brasil

Ano	Legislação	Observações
1973	Lei n.º 6.015 (Registros Públicos)	Possui capítulo dedicado à publicidade. A transparência é “um dos princípios mais relevantes” em registros públicos (Canhadas, 2018).
1988	Constituição Federal	A transparência, a publicidade e o acesso a informações em poder do Estado são tratados, principalmente, nos artigos 5º, 37 e 216.
1991	Lei n.º 8.159 (Pol. Nac.de Arquivos Públicos e Privados)	O art. 4º garante a todos o “direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral”.
1993	Lei n.º 8.666 (Licitações)	A lei é norteadada pela transparência, principalmente na modalidade ativa (Canhadas, 2018).
1995	Lei n.º 9.051 (Garantia de Certidão)	Trata da expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

Análise da transparência ativa do website institucional da UFJF...

1996	Lei n.º 9.296 (Interceptação Telefônica)	Restringe a transparência administrativa, pois endurece regras para a realização de interceptações telefônicas (Canhadas, 2018).
1997	Lei n.º 9.507 (Habeas Data)	Considera de caráter público os registros constantes de banco de dados detido pelo Estado.
1998	Lei n.º 9.613 (Lavagem de Dinheiro)	Dispõe sobre instrumentos para a “quebra” de sigilos para coibir a ocultação de bens e valores.
1999	Lei n.º 9.784 (Processo Administrativo Federal)	Acesso a informações e documentos (art. 3º, II); exige a divulgação dos atos administrativos e trata o sigilo como exceção (art. 2º, V).
2000	Lei Complementar n.º 101 (Responsabilidade Fiscal)	A transparência é qualificada como elemento inerente à responsabilidade na gestão fiscal (art. 1º).
2009	Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal; dispõe que a transparência seria assegurada, entre outras medidas, pela liberação, em meio eletrônico, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira (art. 48, II).
2010	Caso Guerrilha do Araguaia	A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por crimes cometidos durante o regime militar, determinando que o Estado fornecesse às famílias das vítimas informações sobre as circunstâncias da morte e paradeiro dos restos mortais de seus entes, assassinados por militares.
2011	Lei n.º 12.527 (Acesso à Informação)	Assegura o direito fundamental à informação; a regra é a publicidade; determina o uso da tecnologia para a divulgação de informações, obrigação dos municípios, estados, Distrito Federal e União (transparência ativa).
2012	Decreto n.º 7.724	Regulamentou a LAI no âmbito federal
2012	Emenda Constitucional 71	Incluiu na Constituição o artigo 216-A, cujo §1º, IX impõe a transparência e compartilhamento das informações.
2015	Decreto n.º 8.539	Determina a utilização de meios eletrônicos para a tramitação dos procedimentos administrativos, com o objetivo de garantir a transparência (art. 3º, inciso II).
2016	Lei Complementar n.º 156	Também alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que a divulgação das informações ocorresse por meio eletrônico.
2019	Emenda Constitucional 103	Incluiu o artigo 40 na CF, que trata do regime próprio de previdência social dos servidores de cargos efetivos. Entre os princípios a serem observados pela entidade gestora do regime está a transparência (art. 40, § 22, inciso VII). É a primeira vez que a governança, aliada à transparência foi constitucionalizada (Arruda, 2020).
2023	Decreto n.º 11.529	Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (Sítai), que promove práticas para a garantia da transparência nos órgãos e entidades da administração pública federal, autárquica e fundacional.
2024	Decreto n.º 12.069	Cria a Estratégia Nacional de Governo Digital; o objetivo é ampliar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços públicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A Lei n.º 12.527/2011 é uma norma bastante abrangente, estendendo os seus efeitos à União, Distrito Federal, estados e municípios, além dos órgãos públicos da administração direta, autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas por esses entes (art. 1º). Até as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem verbas públicas precisam observar a lei (art. 2). Trata-se de uma norma extremamente sofisticada e protetiva da transparência administrativa (Canhadas, 2018).

Reconhecendo o acesso à informação como direito fundamental, a LAI estimula uma cultura de transparência na administração pública e prega um papel mais ativo do Estado, a quem incumbe divulgar informações de interesse público, valendo-se, para isso, de todas as tecnologias de comunicação disponíveis (art. 3) e primando pela objetividade, agilidade, clareza, transparência e linguagem de fácil compreensão (art. 5). Ou seja, a mera disponibilização de informações não garante o cumprimento da legislação, os dados precisam ser facilmente compreendidos pelo cidadão.

A LAI apresenta duas modalidades de transparência: a ativa (art. 8) e a passiva (art. 10). A primeira exige a divulgação, independentemente da provocação do interessado, de um mínimo de informações, a saber: competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; repasses ou transferências de recursos financeiros; despesas; procedimentos licitatórios; contratos celebrados; programas, ações, projetos e obras da instituição; e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. Já modalidade passiva trata do direito que todo interessado tem de obter, de forma gratuita e sem embaraços, informações da administração pública, mediante pedido devidamente identificado.

Metodologia

Quanto à natureza, a pesquisa é quali-quantitativa, pois o site é avaliado em relação à completude, organização e facilidade de localização e compreensão das informações pelo usuário, exigindo uma análise mais subjetiva (qualitativa) e traduz em números (quantitativa) a qualidade dos dados levantados (Prodanov; Freitas, 2013; Almeida, 2021). O método de abordagem é o indutivo, pois se baseia na generalização de propriedades comuns a certo número de casos até agora observados e a todas as ocorrências de fatos similares que poderão ser verificados no futuro (Cervo; Bervian, 2007). A partir dos achados será possível formular diagnósticos e propor intervenções em outras unidades.

No tocante aos seus fins/objetivos, pode-se afirmar que a pesquisa é descritiva e exploratória (Vergara, 2019), porque apresenta as características de um dado fenômeno (site) e é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. É uma pesquisa aplicada, pois a principal finalidade é gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos (Prodanov; Freitas, 2013): aperfeiçoar a transparência do site e da gestão do campus. E envolve verdades e interesses locais, o que também caracteriza a pesquisa aplicada.

Quanto aos meios de investigação (Vergara, 2019), é documental e bibliográfica, por se valer de leis, decretos, tratados, resoluções, portarias e outros atos e em material sobre o tema publicado em livros, revistas e artigos científicos, dissertações, teses, periódicos e sites. A Escala Brasil Transparente 360° (EBT – Avaliação 360°) efetiva-se como avaliação desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) para aferição da transparência (ativa e passiva) subsidiou a pesquisa. Valendo-se de um *checklist*, os quesitos receberam uma nota, que totaliza 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) para a transparência ativa e 50 (cinquenta) para a passiva. Como a pesquisa se concentrou apenas na modalidade ativa, foram utilizadas apenas os elementos referentes.

Resultados

Somando-se as notas de todos os quesitos avaliados, chega-se a 20 (vinte) pontos, ou seja, menos de 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima atribuída pela EBT-360° à transparência ativa (tabela 1), o que demonstra uma deficiência do site do campus avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora em relação às informações disponibilizadas voluntariamente ao público.

Tabela 1 – Resultado geral da avaliação de todos os requisitos da Escala Brasil Transparente 360° sobre transparência ativa

Quesito	Pontuação máxima	Pontos obtidos
Estrutura organizacional (organograma, endereço, telefone e horário de funcionamento)	3,60	2,90
Receitas (classificação, previsão e arrecadação)	4,00	0,00
Despesas (empenhos e pagamentos)	12,00	5,60
Licitações (número, ano, modalidade e objeto da licitação)	9,00	4,20
Contratos (objeto, valor, favorecido, licitação de origem)	5,80	5,30
Obras (valor, data, empresa contratada, conclusão)	2,60	0,00
Servidores (nome, cargo, remuneração)	4,00	2,00
Despesas com diárias (beneficiário, valor, data e objetivo da viagem)	4,00	0,00
Regulamentação da LAI (normas sobre a lei e pedidos de informações)	5,00	0,00
	50,00	20,00

Fonte: Site da CGU, adaptado pelos autores (2024).

A criação da aba “Transparência GV”, em destaque na parte central do site, somada à disponibilização de informações que superam o mínimo exigido pelo artigo 8º da Lei n.º 12.527/2011, indicam um esforço do campus em dar visibilidade às suas ações, como ocorre, por exemplo, em relação aos indicadores da extensão, informação que não é de divulgação compulsória. Esse comportamento se coaduna com as correntes doutrinárias modernas da transparência (Hood; Heald, 2006), notadamente a comunicação aberta com a sociedade e a tentativa de tornar a organização conhecida do público (estudantes, professores, servidores técnicos, comunidade da região onde a instituição está instalada etc.).

Não obstante, os conteúdos carecem de um alinhamento com a LAI, já que grande parte das informações com divulgação taxativamente presente nos incisos I a VI do § 1º do art. 8º não constam no referido ambiente digital ou, embora presentes, estão incompletas. Exemplo dessa incompletude são os indicadores de pessoal, que faltam dados sobre a remuneração dos servidores, restando prejudicadas visibilidade e inferibilidade (Michener; Bersch, 2013).

A visibilidade está condicionada à completude e facilidade de localização. Há casos no site do campus avançado em que uma dada informação exige um árduo caminho para ser localizada, exigindo do usuário um infundável redirecionamento entre *links* para acessá-la.

Já quanto à inferibilidade, observa-se que o website apresenta *déficits*. Inexiste a possibilidade de acompanhamento de obras públicas, um dos quesitos da EBT-360º e exigência do artigo 8º, § 1º, inciso V, da LAI. As opções “Situação do Terreno – Campus Universitário” e “Área do terreno Miúra” abrigam informações que não podem ser usadas para tirar conclusões precisas, pois os dados são apresentados de forma pouco inteligível.

Uma alternativa para melhorar essa inferibilidade é a simplificação (Michener; Bersch, 2013). Quanto menos tecnicista for a linguagem utilizada e a forma de apresentação da informação, esta se torna mais acessível e inteligível à sociedade. A ideia é buscar o que Hood (2007) classifica como transparência direta (produz inferência em um público mais amplo) no lugar da indireta (restrita aos especialistas). Esse princípio deve nortear todos os conteúdos divulgados no site, em especial o andamento das obras, em que são apresentados relatórios e outros documentos cuja compreensão não é simples para a maioria dos cidadãos.

Investir na ampliação do acesso às informações e decisões tomadas pelos gestores do campus avançado mostra-se necessário por força do art. 37, § 3º, II, da Constituição Federal, e do art. 3º, V, da LAI, ambos versando sobre a transparência como elemento hábil a garantir a participação social nos rumos de uma dada instituição pública. O ambiente das universidades

federais prima por ser um espaço democrático, de forma que qualquer movimento nesse sentido é extremamente recomendado.

Considerações finais

Diante dos resultados de cada um dos quesitos da EBT-360°, constata-se que a aba “Transparência GV” requer uma reformulação. Embora localizado na página principal, sendo facilmente visualizada, as informações nela alocadas precisam ficar restritas ao que prevê a LAI, principalmente as de divulgação obrigatória.

Quanto às informações que já são publicizadas, necessário simplificar a apresentação, tornando-as compreensíveis pela comunidade acadêmica, mas também pela sociedade, para que ambos possam acompanhar e fiscalizar as obras, projetos e demais ações desenvolvidas pela UFJF em Governador Valadares. Essa reconfiguração da página sobre a transparência também deve incluir providências para que as informações nela disponibilizadas sejam atualizadas em tempo real, pois verificou-se que parte delas não possui tal atributo, contrariando o § 3º, inciso VI, do artigo 8º da LAI. É importante que os produtores/organizadores das informações que são concentradas na “Transparência GV” sejam orientados quanto a isso e trabalhem de forma mais coordenada.

De igual forma, também se impõe que o acesso às informações ocorra de forma ágil e em linguagem de fácil compreensão (art. 5º da LAI). Ao clicar nos links, o usuário não deve ser infinitamente redirecionado para outros ambientes do site. O caminho percorrido precisa ser o mais objetivo possível. Um plano de ações que contemple esses aspectos tem potencial para amplificar a transparência do campus e melhorar o engajamento de todos os atores na governança da unidade.

Referências

ALMEIDA, Í. D’A. **Metodologia do trabalho científico**. Recife: Editora UFPE, 2021.

ARRUDA, C. S. L. de. **O princípio da transparência**. São Paulo: Quartier Latin, 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral de União. **Transparência Pública e Dados Abertos**. Escala Brasil Transparente 360°. Brasília, DF: Presidência da República, 30 nov. 2024. Disponível em: <https://acesse.one/O5pGm>. Acesso em 30 nov 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

CANHADAS, F. A. M. **O direito de acesso à informação pública: o princípio da transparência administrativa**. Curitiba: Appris, 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FURTADO, L. R. **A Comunidade Internacional e a corrupção transnacional: razões para combater a corrupção**. Revista da CGU, Brasília, ano 1, n. 1, p. 43-60, dez. 2006. Disponível em: <https://11nk.dev/dpRwV> . Acesso em 24 dez. 2024.

GOERTZ, G. **Social Science concepts: a user's guide**. New Jersey, EUA: Princeton University Press, 2006.

HOOD, C.; HEALD, D. **Transparency: the key to better governance?** New York: Oxford University Press, 2006.

HOOD, C. What happens when transparency meets blame-avoidance? **Public Management Review**, v. 9, p. 191-210, jun. 2007.

MICHENER, R. G.; BERSCH, K. Identifying transparency. **Information Polity**, v. 18, n. 3, p. 233-242, 2013.

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. **Da opacidade à transparência?** Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52, p. 610-629, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/75716/72524>. Acesso em: 16 out 2024.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Conceptualizing the Quality of Transparency. **Political Concepts**, 49, p. 1-27, 2013. Disponível em: <https://encr.pw/0Ia6J> . Acesso em: 20 jun 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 26 nov 2023.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**, de 27 de junho de 1981. Disponível em: <https://achpr.au.int/pt/charter/carta-africana-dos-direitos-humanos-e-dos-povos/>. Acesso em: 22 nov 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica)**, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pa/pacto-san-jose-costa-rica.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, K. F. Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. Rio de Janeiro: **Cadernos Ebape.Br**, 2020. Disponível em: <https://11nq.com/YbarL> . Acesso em: 12 jul. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. Florianópolis: **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12 n. 25, p. 137-158, 2015. Disponível em: <https://encr.pw/4m7oh> . Acesso em: 11 jul. 2023.